



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DE INHAMBANE

GESTÃO DE RISCOS E TURISMO DE AVENTURA: O Papel da Gestão de
Risco nas Actividades de Turismo de Aventura Praticadas na Água

Milagre Félix Eduardo

Inhambane, 2017

Milagre Félix Eduardo

GESTÃO DE RISCOS E TURISMO DE AVENTURA: O Papel da Gestão de Risco nas Actividades de Turismo de Aventura Praticadas na Água

Monografia apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI) como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Animação Turística.

Supervisora: dr^a Maria Albertina P. Rodrigues

Inhambane, 2017

DECLARAÇÃO

Declaro que este trabalho de fim do curso é resultado da minha investigação pessoal, que todas as fontes estão devidamente referenciadas, e que nunca foi apresentado para a obtenção de qualquer grau nesta Universidade, Escola ou em qualquer outra instituição.

Assinatura

(Milagre Félix Eduardo)

Data: ____/____/____

Milagre Félix Eduardo

GESTÃO DE RISCOS E TURISMO DE AVENTURA: O Papel da Gestão de Risco nas Actividades de Turismo de Aventura Praticadas na Água

Monografia avaliada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Animação Turística pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane – ESHTI

Inhambane, ____/____/____

Grau e Nome completo do Presidente

Rubrica

Grau e Nome completo do Supervisor

Rubrica

Grau e Nome completo do Oponente

Rubrica

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de fim do curso, especialmente à minha mãe GERTRUDES JAIME, heroína que deu-me apoio, incentivo nos momentos difíceis, de desânimo, e cansaço. Que sempre depositou a confiança em mim e eu nela, pois mesmo com dificuldades financeiras, sempre batalhou, lutou para a satisfação das minhas necessidades pessoais e académicas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha supervisora dr^a Maria Albertina Rodrigues pelo apoio, atenção e compreensão, e que cedeu o seu tempo para a elaboração desta monografia. Agradecer à DEUS é indispensável. À direcção da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI), por ter-me apoiado no alojamento e alimentação dando a oportunidade de ser tarefeiro na prestação dos serviços no refeitório da mesma escola. Agradecer em especial à minha mãe (Gertrudes Jaime) pelo amor, carinho, atenção e apoio incondicional durante a formação, e ao meu pai (Félix Eduardo), minhas irmãs (Miséria Félix Eduardo, Dária Félix Eduardo, Ângela Félix Eduardo e Helena Mutoco) pelo encorajamento, minhas avós (Dária e Carla), a família Mucopote pelo apoio moral e material.

Ao todo corpo docente da ESHTI, que acompanharam-me no percurso da minha formação, e em especial ao dr Emídio Samuel Nhantumbo (director da ESHTI), dr. Abel Zico e dr. Roberto Paolo Vico, por proporcionarem -me oportunidades de progredir nos estudos em momentos mais difíceis da formação. É de agradecer também a todo grupo da repartição de alimentação por terem me dado conselhos durante os serviços por mim prestados como tarefeiro naquela secção de trabalho, bem como a todos funcionários do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades – delegação provincial de Inhambane.

Aos meus amigos Ovano, Chinangua, Juvêncio, Fahar, Januário, Franco, Spínola, Baptista, Aníbal, Edmercio, Obed, Certanejo, Eliud, Christopher, Esmeraldo, Ivaldo, Humberto, Argentina, Elsa, Issa. Todos meus colegas e em particular Cadeado, Zeferino, Machava, Amândio, Nece, Lélia e Hermelinda, que sempre deram-me apoio moral e material, e a força de progredir com os meus estudos. E à todos que directa ou indirectamente fizeram parte da minha formação o meu muito obrigado de coração.

RESUMO

O presente estudo tem como tema Gestão de Risco e Turismo de Aventura, no qual procura-se compreender o papel da gestão de risco nas actividades de turismo de aventura praticadas na água. Para a realização do trabalho, recorreu-se essencialmente às pesquisas bibliográfica, documental e virtual, de modo a identificar os aspectos relevantes do tema em estudo. Na actualidade, a prática do turismo de aventura está cada vez mais crescendo, na medida em que as pessoas beneficiam-se de actividades desafiadoras e estimulantes que de alguma forma, ajudam a desenvolver habilidades importantes para a vida, bem como o trabalho em equipa e auto-suficiência para o bem-estar próprio. O risco é a possibilidade de ocorrer um evento perigoso que pode ser controlado ou fictício, pois é inerente a toda actividade de turismo de aventura. Todavia, no âmbito de usufruto das actividades de turismo de aventura praticadas na água, os intervenientes devem gerenciar o risco de modo a que as actividades se tornem sustentáveis. Pois, a gestão de risco é um processo contínuo e permite que os intervenientes actuem de forma preventiva, erradicando as possíveis perdas, sejam elas humanas ou materiais,

Palavras-chave: Turismo de aventura, Risco, Gestão de Risco.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura

CPF – Cadastro de Pessoa Física

ESHTI – Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane

MG – Minas Gerais

MITUR - Ministério do Turismo

RG – Registo Geral ou Carteira de Identidade

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS**Tabelas**

Tabela 1: Factores de Riscos das Actividades de Aventura.....	9
Tabela 2: Actividades de turismo de aventura praticadas na água, seus perigos e riscos (Canoagem, <i>Rafting</i> , Boia cross e Mergulho)	15

Figuras

Figura 1: Actividades de Aventura Praticadas na Água.....	14
Figura 2: Modelo de Gestão de Risco ABTN.....	19

Quadro

Quadro 1: Matriz da avaliação de riscos das actividades do turismo de aventura (Probabilidade X Consequência)	21
---	----

ÍNDICE

<i>Folha de rosto</i>	<i>i</i>
<i>Declaração</i>	<i>ii</i>
<i>Folha de Aprovação</i>	<i>iii</i>
<i>Dedicatória</i>	<i>iv</i>
<i>Agradecimentos</i>	<i>v</i>
<i>Resumo</i>	<i>vi</i>
<i>Lista de Abreviaturas</i>	<i>vii</i>
<i>Lista de Figuras, Tabelas e Quadros</i>	<i>viii</i>
CAPITULO I: INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento.....	1
1.2. Objectivos.....	2
1.2.1. Geral:.....	2
1.2.2. Específicos:	2
1.3. Justificativa.....	2
1.4. Metodologia	3
CAPITULO II: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
2.1. Turismo de Aventura: Conceitos, Características e Desdobramentos.....	6
2.1.1. Turismo de aventura.....	6
2.1.2. Risco.....	7
2.1.3. Características das Actividades de Turismo de Aventura	11
2.1.4. Tipos de Actividades do Turismo de Aventura	12
2.1.5. O Turista de Aventura	12

2.1.6. Actividades de Aventura Praticadas na Água e seus Riscos	13
2.2. O Processo de Gestão de Risco nas Actividades de Turismo de Aventura Praticadas na Água	17
2.2.1. Gestão de Riscos	17
2.2.2. Processo de Gestão de Risco	17
2.2.2.1. Pessoas e Programas de Aventura.....	18
2.2.2.2. Modelo de Gestão de Risco Aplicado à todas Actividades de Aventura.....	19
2.2.2.3. Procedimentos de Gestão de Risco.....	22
2.3. Importância da Gestão de Riscos das Actividades de Aventura Praticadas na Água.....	23
CAPITULO III: CONCLUSÃO.....	26
CAPITULO IV: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
ANEXOS.....	29
Anexo A: Glossário	30
Anexo B: Exemplo do termo de conhecimento de risco referente ao <i>rafting</i> e.....	32
Anexo C: Certificado de <i>rafting</i>	34
Anexo D: Treinamento antes da prática de boia cross.....	34
Anexo E: Principais Actividades de Aventura.....	35

CAPITULO I: INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento

O presente trabalho de pesquisa aborda sobre a temática da Gestão de Risco no Turismo de Aventura, na qual objectiva analisar o quão importante é o gerenciamento de riscos no âmbito da realização das actividades de aventura na água, demonstrando como essa gestão de risco pode contribuir para uma aventura aquática sustentável e saudável de modo a não perigar o praticante, bem como os diferentes *Stakeholders* da actividade.

O trabalho fundamenta-se no princípio de que a gestão de riscos nas actividades de aventura é uma poderosa estratégia de gestão de destinos turísticos, que oferecem actividades de turismo de aventura. Pois, usa técnicas e ferramentas que facilitam a identificação, análise, avaliação, e tratamento e controlo de risco de qualquer actividade, permitindo dessa forma o desenvolvimento de um trabalho baseado em informações concretas e realistas, não apenas em suposições, minimizando acidentes ou incidentes e contribuindo desta forma para uma aventura com níveis aceitáveis da exposição de riscos aos clientes e aos fornecedores das actividades de aventura, garantindo a experimentação das fortes emoções (adrenalina), porém seguras.

As actividades de aventura na água proporcionam aos praticantes emoções e sensações transmitidas durante a sua prática, conhecer novos lugares, onde a prática destas modalidades lhes possam oferecer algo que ainda não tiveram, assim como, sensações únicas de bem-estar e paz interior ao percorrer as águas e margens de um curso de água (COSTA, 2005)¹. Tal como complementa CORREIA (1991) *apud* COSTA (2005:52), “que quer seja nas ondas, num rio, ou em plena montanha é sempre possível usufruir de novas imagens, sentir o prazer do deslize, ultrapassar obstáculos, ouvir o corpo.” Entretanto, o risco é o elemento imprescindível na prática destas actividades, porém, é fundamental geri-lo de modo que não cause perdas materiais, psicológicas ou até mesmo físicas.

O trabalho está estruturado em quatro (IV) capítulos dos quais, (I) INTRODUÇÃO, onde faz-se o enquadramento do tema, os objectivos traçados do tema em estudo, a justificativa, e a

¹ COSTA, Pedro (2005), *Tese de Licenciatura em Ciências do Desporto e Educação Física*. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15484/3/Monografia%20-%20Pedro%20Costa.pdf>, consultado aos 3 de Abril de 2017, pelas 1:41pm.

metodologia usada para a realização do trabalho; (II) FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, onde é apresentada a fundamentação teórica adoptada referenciando os documentos escritos existentes sobre a gestão de risco nas actividades de turismo de aventura e as praticadas na água em particular; (III) CONCLUSÃO, onde apresenta-se de forma sucinta o pensamento crítico sobre o conteúdo abordado ao longo do desenvolvimento do trabalho; e por fim, o (IV) capítulo REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS onde são listadas todas obras que foram fundamentais para a realização do trabalho. É de salientar que após as referências bibliográficas, em anexo compreende o glossário.

1.2. Objectivos

1.2.1. Geral:

- ✓ Compreender o papel da gestão de risco nas actividades do turismo de aventura praticadas na água.

1.2.2. Específicos:

1. Identificar as Actividades do Turismo de Aventura Praticadas na Água e seus respectivos Riscos;
2. Descrever o Processo de Gestão de Risco nas Actividades do Turismo de Aventura Praticadas na Água;
3. Explicar a Importância da Gestão de Risco das Actividades do Turismo de Aventura Praticadas na Água.

1.3. Justificativa

Pela experiência obtida no âmbito das aulas práticas durante a formação, na disciplina de Gestão de Risco no Turismo de Aventura, em que desenvolveu-se a actividade de canoagem, na qual não terminou da melhor forma possível, devido a existência de alguns praticantes que não sabiam nadar, falta de treinamento (simulação) e ignoravam os conselhos dados antes da prática da actividade, tendo como consequência perda de duas canoas que *aposteriori* foram resgatadas pela comunidade local. Em outras palavras, houvera várias lacunas no processo de gestão de riscos. Este e vários casos que acontecem na prática de actividades de aventura na água, demonstrados

ao longo deste trabalho foram as motivações para desenvolvê-lo, de modo a compreender o papel da gestão de riscos nas actividades do turismo de aventura praticadas na água.

EICHENBERG & SILVA (2013), afirmam que o gerenciamento de riscos constitui a parte integrante do Sistema de Gestão de Segurança, no qual a adopção e implementação sistemática de um conjunto de técnicas de gestão de riscos podem contribuir para a obtenção de resultados ótimos para todas as partes interessadas (intervenientes do turismo de aventura).

O tema em estudo tem relevância para o curso de Animação Turística, visto que o profissional desta área mantém o contacto directo com os turistas e envolve-se nas actividades de carácter desportivo e recreativo desenvolvidas em um local ou estabelecimento turístico e que são destinadas a atraí-los e preencher o tempo livre deles. Portanto, é fundamental que o profissional de Animação Turística conheça as técnicas e procedimentos de gestão de riscos, bem como o manuseamento dos equipamentos de modo a não perigar os turistas.

Espera-se que o trabalho contribua como fonte de informação na matéria e que a mesma seja usada como instrumento para a consciencialização dos praticantes do turismo de aventura, sobretudo das actividades praticadas na água no que concerne aos riscos que incorrem nesta modalidade de turismo. Todavia, espera-se também que contribua na área de conhecimento, servindo de suporte aos pesquisadores interessados nesta área de estudo e aos fornecedores ou técnicos das actividades de aventura, no gerenciamento de riscos de modo a não sofrer perdas materiais, psicológicas ou físicas mediante a realização delas, pois, terão acesso por meio da publicação da monografia aprovada na internet e disponibilização da mesma na biblioteca.

1.4. Metodologia

De acordo com GIL (1999), metodologia é “o método ou conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adoptados para atingir um determinado propósito ou conhecimento.” Neste caso, quanto aos objectivos traçados a pesquisa é exploratória, na qual visa proporcionar maior familiaridade com o tema em estudo, envolvendo o levantamento bibliográfico, documental e virtual, de modo a torná-lo explícito, visto que, para o autor supracitado, este tipo de pesquisa é realizado quando o tema escolhido é menos explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionais. No entanto, para a materialização deste trabalho, foram usadas as técnicas de pesquisas bibliográfica, documental e virtual, e compreendeu duas (2) etapas.

1ª Etapa: Revisão da Literatura

Nesta parte da pesquisa foi feita o levantamento de informação para dar corpo teórico ao trabalho. Sendo feito levantamento de informações em livros editados a que se chama de Pesquisa bibliográfica, que de acordo com GIL (1999), é desenvolvida a partir do material, já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos publicados. Contudo também foi feito o levantamento de informação em documentos institucionais não editados (pesquisa documental) e por fim levantamento de informação no ambiente virtual, (sites, blog, livros e artigos científicos).

O procedimento acima referido compreendeu três (3) fases:

a) Escolha do tema

Esta fase consistiu na leitura de diversos conteúdos disponíveis para a pesquisa relacionados com a gestão de riscos no turismo de aventura, pois vários motivos suscitaram para na escolha do tema tais como o interesse no tema, o conhecimento na área de estudo e a relevância do seu estudo para a comunidade académica e os intervenientes do turismo aventura.

b) Elaboração do plano provisório da pesquisa

A elaboração do plano provisório da pesquisa consistiu na organização sistemática dos grandes conteúdos. Definiu-se a estrutura lógica do trabalho, de forma que os conteúdos abordados estivessem sistematicamente ligados entre si e ordenados em função dos objectivos do trabalho.

c) Leitura do material

Neste procedimento realizou-se em torno de quatro passos lógicos encadeados continuamente, nomeadamente: (i) leitura exploratória com o propósito de identificar até que ponto as interessam à pesquisa; (ii) leitura seletiva, na qual fez-se a leitura mais aprofundada das partes que realmente interessam ao tema em estudo; (iii) leitura analítica que consistiu em ordenar e sumarizar as informações contidas nas obras; e (iv) leitura interpretativa, na qual foi possível relacionar as ideias dos autores, de modo a conferir os resultados obtidos nas diferentes obras.

2ª Etapa: Compilação do trabalho

Após ter passado pelas fases da etapa anteriormente mencionada, nesta consistiu na apresentação de resultados obtidos, na qual foi feita a partir do programa informático *Microsoft Word 2007*, em forma de texto, quadros e figuras como forma de sustentar o tema em estudo, obedecendo as regras estabelecidas no Guião de Elaboração e Apresentação de Trabalhos de Fim do Curso em vigor na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI).

CAPITULO II: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem a finalidade responder especialmente os objectivos traçados para compreender o papel da gestão de risco nas actividades do turismo de aventura praticadas na água, bem como são abordados os seguintes aspectos: actividades do turismo de aventura praticadas na água e seus respectivos riscos; o processo de gestão de risco nas actividades de turismo de aventura praticadas na água; e explicar a importância da gestão de riscos no âmbito da exploração das actividades de turismo supracitado.

2.1. Turismo de Aventura: Conceitos, Características e Desdobramentos

2.1.1. Turismo de aventura

A palavra “aventura” tem sua origem no latim *adventura*, e significa o que rompe a rotina dos dias e provoca espanto, surpresa. Pressupõe acções humanas que transformam o impossível no possível (CÁSSARO, 2011:14). Por sua vez, COSTA (2000) *apud* CÁSSARO (2011), “define aventura do ponto de vista filosófico, como uma actividade inerente à natureza humana aparecendo em todas as culturas e épocas”. Entretanto, o homem e a aventura sempre andaram juntos, desde a origem dos termos buscando por novos desafios no dia após dia, quer por necessidade de sobrevivência, quer simplesmente pelo puro prazer.

O turismo de aventura leva a pessoa a um contacto íntimo com o ambiente e torna-o algo a ser desafiado e enfrentado. Dai que, observa-se a definição que se segue.

Turismo de aventura é o segmento de mercado turístico que promove a prática de actividades de aventura e desporto de recreio em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre que envolvam riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adopção de procedimentos para garantir a segurança e o respeito ao património ambiental e sociocultural. (NEVES, 2013:162)

O RELATÓRIO DIAGNÓSTICO DO TURISMO DE AVENTURA (2005:9) apresenta uma definição de aventura inicialmente aceite e utilizada no Brasil, na qual foi o produto da Oficina para a Elaboração do Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura, realizada em Caeté-MG, no mês de Abril de 2001:

Segmento de mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre que envolvam riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e socio-cultural.

Portanto, com base nas definições supracitadas, entende-se por turismo de aventura a modalidade que envolve atividades de desporto recreacional praticadas em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre envolvendo riscos calculados e que tem como requisitos para usufruir dela, o conhecimento das técnicas e o uso de equipamentos, adotando os procedimentos para garantir a segurança pessoal e respeito à natureza. Por exemplo, para um turista tomar decisão para usufruto do turismo de aventura é motivado pelos seguintes aspectos² que a modalidade oferece: a recreação ativa; desafios e emoção; as vivências e experiências memoráveis; diferenciação em relação à escolha dos locais, assim como a interação com outros turistas.

2.1.2. Risco

Segundo BERNSTEIN (1997) *apud* RAFAEL (2011:2)³ o termo tem origem no italiano antigo, *risicare*, ou seja, ousar; é opção e não um destino, porém, o risco é um termo comum que hoje em dia é utilizado no cotidiano de todas as atividades. Entretanto, define-se também o risco⁴ como sendo uma ou mais condições de uma variável com o potencial necessário para causar danos. Esses danos podem ser entendidos como lesões a pessoas danos a equipamentos e instalações, danos ao meio ambiente, perda de material em processo ou redução da capacidade de produção. Havendo um risco, persistem a possibilidade de efeitos adversos.

Em Turismo, as experiências de aventura estão associadas à riscos inerentes. No entanto, estes riscos para UNITED NATIONS INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER REDUCTION, (2005) *apud* RICHARD, V.; ALAMINO, W.; & SIMÕES, M. (2007:96) referem-se a “probabilidade de consequências prejudiciais ou perdas (morte, lesões, danos a propriedades e aos meios de subsistência, danos mentais e sociais, perturbação da atividade econômica), que

² Motivações do turista extraídas no MITUR (2006), Turismo de Aventura: *orientações básicas*, distribuição gratuita, impresso no Brasil. Pp. 21.

³ RAFAEL, Bruno G, Gomes. (2011). *Gestão de risco cambial*. Dissertação apresentada para cumprimento de requisitos necessários á obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4554/1/bruno_tese_mestrado.pdf, consultado aos 3 de Abril de 2017, pelas 10:28am.

⁴ Disponível em <http://www.isegnet.com.br/siteedit/arquivos/12-3-o-que-e-gerenciamento-de-riscos.pdf>, consultado aos 13 de Janeiro 2017, pelas 12:40am

resultam da interação entre perigos naturais, induzidos por atividade humana e condições de vulnerabilidade.” Em suma, entende-se por risco a combinação de diversos factores ambientais e humanos que podem causar danos ou perdas em momentos imprevisíveis.

Para melhor gerenciamento de risco nas actividades de aventura é necessário compreender antes, de onde originam os riscos ou circunstâncias que podem ou não favorecer o seu aparecimento. Pese embora, se saiba que com qualquer contexto as pessoas correm risco. Todavia para ENNES (2013), “os factores de risco classificam-se em factores ambientais (geomorfológicos, meteorológicos e climáticos, e factores bióticos) e em factores humanos (operacionais, factores fisiológicos, emocionais e psicológicos, e cognitivos)” como demonstra a Tabela 1.

Portanto, ao realizar as actividades de aventura é sempre necessário ter em conta aos factores de risco mencionados de modo a mitigá-los, visto que não é possível suprimi-los por completo. Por exemplo⁵, na canoagem, os factores ambientais podem incluir pedras, águas rasas, curvas, desníveis abruptos ou árvores caídas ou submersas. E os factores humanos podem incluir inexperiência do canoísta, tipo de embarcação usada, tamanho do grupo.

⁵Extraído em http://www.lusorafting.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=104, consultado aos 23 de Janeiro de 2017, pelas 6:27pm.

Tabela 1: Factores de Riscos das Actividades de Aventura

FACTORES DE RISCOS	CATEGORIAS	DESCRIÇÃO	EXEMPLO
Ambientais	Geomorfológicos	Relativos às formas e características do relevo da superfície terrestre ou de determinada região, levando em consideração o jogo de forças antagônicas, as actividades tectônicas e os mecanismos morfoclimáticos.	Rochas soltas, molhadas e escorregadias Corredeiras Deslizamentos de encostas Abismos, depressões e gretas Avalanches
	Meteorológicos e Climáticos	Referem-se aos fenômenos e as dinâmicas atmosféricas: massa de ar, pressão, temperatura, umidade, ventos, nuvens, precipitações, descargas elétricas.	Radiação solar em altitudes Temperaturas extremas Mudanças bruscas e inesperadas do tempo Vendavais e tormentas Chuvas torrenciais
	Bióticos	Caracterizam o conjunto de seres vivos: da fauna e da flora (incluindo-se os microrganismos) de um ecossistema de uma determinada região. Abrangendo toda forma de vida na terra, na água e no ar.	Animais e insectos venenosos Águas contaminadas Micro-organismos e animais transmissores de doenças Enxames de insectos
Humanos	Operacionais	Referem-se às práticas, aos processos, aos procedimentos técnicos, aos sistemas de uma atividade, à manutenção, à seleção e à utilização de equipamentos, materiais e ferramentas.	Inexistência de sistema de gestão de riscos Sistemas de iluminação precários ou inadequados Falta de manutenção dos equipamentos Falta de inspeção periódica dos equipamentos Desconhecimento das técnicas relativas às atividades Vestimentas inadequadas ao tipo de atividade
	Fisiológicos	Estão ligados aos processos, às atividades e aos fenômenos característicos dos seres humanos. O funcionamento e os mecanismos que regem a estrutura corpórea, os fenômenos físicos, os processos químicos que nela ocorrem. As	Hidratação precária Falta de cuidados com o calor, com o frio e com o sol. Alergias diversas Doenças pré-existentes e não infirmadas

		capacidades, limites e limiars.	Utilização de bebidas alcoólicas Limitação física do participante Medicamentos controlados utilizados incorretamente
	Emocionais e Psicológicos	Relativos à experiência afetiva (reação neural provocada por estímulos psicofisiológicos), aparecendo de maneira brusca e que é desencadeada por um objeto ou situação excitante, provocando reações motoras e glandulares. Relativos ao comportamento, as vivências, aos estados e processos psíquicos do ser humano.	Despreparo emocional Medo excessivo Atitudes irresponsáveis Dificuldades de adaptação a situações inesperadas Participantes com grande disposição para conflitos Indisciplina Decisões emocionais e precipitadas Dependência excessiva dos outros Oscilações frequentes e radicais do estado de espírito Intrigas e conflitos
	Cognitivos	Referem-se à aquisição de conhecimentos, aos processos de aprendizagem, a capacidade de processar informações. Em se tratando do homem, é a capacidade de adaptação a situações absolutamente diferentes em um curto prazo de tempo	Guias e participantes inabilitados Desconhecimento do local da atividade Distração Falta de treinamento Incapacidade de manter-se alerta Incapacidade de elaborar e expressar informações Falta de atualização Treinamentos mal elaborados Falta de organização

Fonte: Adaptado de ENNES (2013)

2.1.3. Características das Actividades de Turismo de Aventura

As actividades de Turismo de Aventura segundo MITUR (2010), variam sob diferentes aspectos, seja em função dos territórios em que são operadas, dos equipamentos utilizados, das habilidades e técnicas exigidas ou em relação aos riscos que podem envolver. A partir dessa inter-relação, apresentam-se as seguintes características das actividades do turismo de aventura:

- ✓ **Diversidade:** a variedade de actividades de aventura e de locais onde são realizadas é considerada fundamental na concepção do segmento, o que exige a compreensão de que cada actividade apresente esforços distintos, o que implica procedimentos, o uso de equipamentos e competência humana específicas.
- ✓ **Gestão de Riscos:** para compreender que as actividades de aventura sugerem exposição a determinados riscos pessoais e materiais que podem variar de intensidade conforme um grande número de factores significa entender que a segurança é um dos requisitos imprescindíveis para a realização dessa actividade.
- ✓ **Participação e interacção:** a realização de actividades de Turismo de Aventura favorece o estreitamento da relação positiva entre os turistas, dos turistas com profissionais responsáveis pelo atendimento e condução, do turista com o meio (ambiente e comunidade). A intensa participação do turista como protagonista da vivência o torna a essência do próprio segmento.

Para os especialistas, as actividades de aventura estão associadas à conjugação de vários factores, atendendo nomeadamente às seguintes características: Resultados incertos; Perigo e Risco; Desafio; Expectativa de recompensas; Novidade; Estímulo e entusiasmo; Sair da rotina – Escapadelas; Exploração e descoberta; Atenção e concentração; Emoções contrastantes (VIDAL, 2011:12).

As duas abordagens anteriormente citadas pressupõem que todas actividades de aventura têm resultados incertos, exposição de riscos sejam eles ambientais ou humanos, desafio, expectativa de recompensas, novidade, estímulo, entusiasmo, sair da rotina, exploração e descoberta, atenção e concentração, emoções contrastantes, nas quais variam sob diferentes aspectos, seja em função dos territórios em que são operadas, dos equipamentos utilizados, das habilidades e técnicas exigidas ou mesmo em relação aos riscos que podem envolver.

2.1.4. Tipos de Actividades do Turismo de Aventura

As actividades de Turismo de Aventura, de acordo com ABNT NBR 15331 (2005:4) são “aquelas oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das actividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o carácter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos”. Para ABETA & MITUR (2009), “as empresas que oferecem as actividades de aventura e os turistas que adquirem-nas têm uma noção dos riscos envolvidos, e a estas actividades ocorrem em ambientes naturais, rurais, ou urbanos”.

De acordo com MITUR (2010), classifica as actividades de turismo de aventura⁶ em três categorias, nomeadamente: **Terra:** arborismo, *bungee jump*, cachoeirismo, canionismo, caminhada, caminhada (sem pernoite), caminhada de longo curso, cavalgadas, cicloturismo, espeleoturismo, espeleoturismo vertical, escalada, montanhismo, turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues, tirolesa; **Água:** boia-cross, canoagem, *duck*, flutuação / *snorkeling*, kitesurfe, mergulho autónomo turístico, *rafting*, windsurfe; e **Ar:** balonismo, paraquedismo, voo livre (asa delta ou parapente).

Nas abordagens supracitadas fazem menção ao termo risco, deste modo, significa que as actividades de aventura, sejam elas praticadas na terra, água e ar, pressupõem um determinado esforço físico e os riscos calculados, que podem variar de intensidade conforme a exigência de cada atividade e a capacidade física e psicológica do turista assim como dos próprios prestadores das actividades de aventura. Portanto, visto que este trabalho focaliza as actividades de aventura praticadas na água, são exploradas mais actividades nesta categoria além das mencionadas acima (vide Figura 1).

2.1.5. O Turista de Aventura

De acordo com MITUR (2006:21), apontar um único perfil para o Turismo de Aventura é uma tarefa complexa, pois as diversificadas e diferenciadas práticas de aventura atraem públicos distintos. Apresentam, contudo, elementos comuns, como o apreço pela emoção, pelo desafio, e por novas experiências e sensações. Com base nesse pressuposto, são mencionadas as características gerais do consumidor desse segmento nomeadamente: idade entre 18 e 40; poder

⁶ Vide a descrição da tipologia das actividades de turismo de aventura em Anexo E.

aquisitivo médio; estudante de nível superior; hábito de viajar em grupos; permanece aproximadamente 10 dias em destinos internacionais e 04 nos nacionais; contribui para o planeamento da sua viagem; demonstra respeito pelo ambiente natural e social; exige qualidade, segurança, acessibilidade e informação. São motivações (recreação ativa, desafios e emoção; vivências e experiências memoráveis; diferenciação em relação à escolha dos locais; interação com outros praticantes).

Neste caso, para a realização das actividades de aventura é necessário tomar em consideração o perfil do turista de aventura acima referido, de modo a minimizar os riscos que incorrem nelas. Por exemplo, o estudo feito referente às estatísticas relacionadas com as lesões de mergulho severas entre diversos polacos no período entre 2003-2014, afirma que dos homens que morreram durante o mergulho tinham mais de 40 anos, no qual, a média de idade das mulheres era de 43 anos e dos homens 50 anos. Pois, na análise discutida, 30% das mortes foram com mais de 40 anos (KRZYŻAK, 2014).

2.1.6. Actividades de Aventura Praticadas na Água e seus Riscos

As actividades de aventura praticadas na água são classificadas por vários autores de forma diferente, na qual algumas actividades coincidem em todas classificações como demonstra a Figura 1.

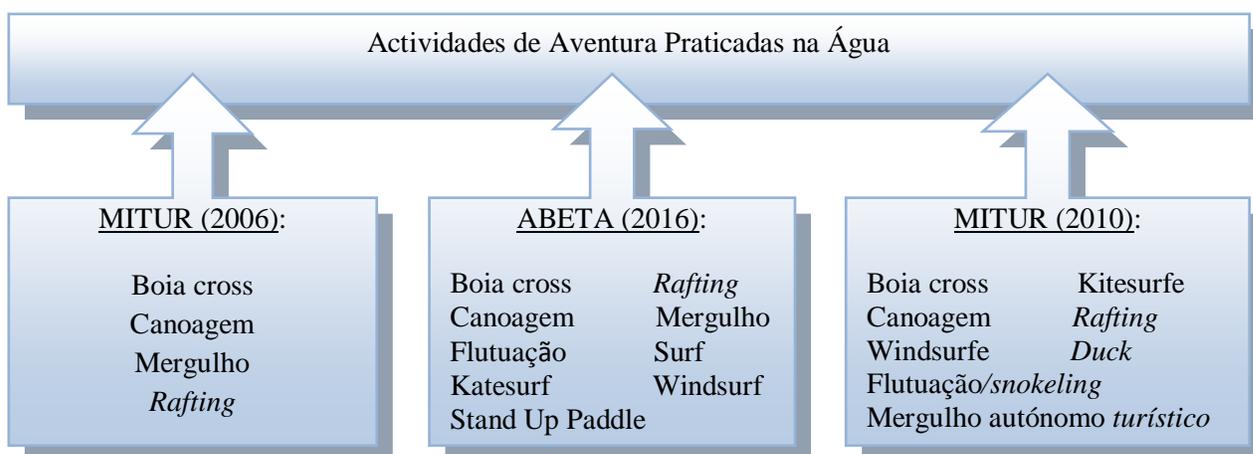
De acordo com MITUR (2006:12), as actividades de aventura praticadas na água são: Boia-cross - descida em corredeiras utilizando boias infláveis, também conhecida como *acqua-ride*; Canoagem - percurso aquaviário utilizando canoas, caiaques, *ducks* e remos; Mergulho - imersão profunda ou superficial em ambientes submersos, praticada com ou sem o uso de equipamento especial; e Rafting - descida em corredeiras utilizando botes infláveis, ou seja, é a prática de descida de corredeiras com botes infláveis, sejam eles largos, de diversos tamanhos e próprios para descer corredeiras.

Além das actividades de aventura praticadas na água anteriormente mencionadas, existem outras que para a ABETA⁷ são Boia-Cross/*Acquaride*, Canoagem, Flutuação, Kitesurf, Mergulho, *Rafting*, *Stand Up Paddle*, Surf e Windsurf. E para MITUR (2010), as actividades de turismo de aventura praticadas na água são aquelas previamente referidas, nomeadamente: boia cross,

⁷ Extraídas em <http://abeta.tur.br/pt/atividades-lista/>, consultado aos 22 de Janeiro de 2017, pelas 12:40am.

canoagem, *duck*, flutuação/*snokeling*, kitesurfe, mergulho autónomo turístico, *rafting* e windsurfe. Entretanto, as mais comuns em todas as classificações são a Canoagem, *rafting*, boia cross e mergulho, razão pela qual são identificados os seus riscos (vide tabela 2).

Figura 1: Actividades de Aventura Praticadas na Água



Fonte: Adoptado de MITUR (2006); ABETA (2016); e MITUR (2010)

Tabela 2: Actividades de turismo de aventura praticadas na água, seus perigos e riscos (Canoagem, Rafting, Boia Cross e Mergulho)

ACIVIDADES	PERIGO	RISCO
Canoagem	Ambiente	
	Exposição ao sol	Queimadura de sol; Desidratação; Esgotamento por calor / curso
	Ventos	Grupo de resgate múltiplo; Separação
	Chuva	Equipamento húmido; Hipotermia
	Troncos submersos	Lesões por Impacto
	Árvores mortas	Lesões por Impacto; Dano da canoa
	Bancos íngremes	Entorses e tensões
	Lixo	Corte dos pés; Objetos incorporados
	Pessoas	
	Carregando e Descarregamento de Canoas	Lesões no dedo; Danos às canoas
	Pobre comunicação com parceiro	Colisão Emocional ou Dificuldades de Relacionamento
	Grupo dividido	Participantes perdidos; Participantes não supervisionados
	Natação	Objetos submersos; lesões na coluna vertebral; afogamento
	Colisão de canoa	Lesões no dedo; impacto de pá, danificar canoas
	Embarcações motorizadas	Colisão até virar
	Público	Eu vou / reputação manchada
	Equipamento	
	Canoa defeituosa	Canoa com vazamento
Reboque	Canoas livres de reboque, reboque saindo do carro	
Rafting	Ambiente	
	Contacto com árvores ardentes	Picada dolorosa
	Árvore Morta / Ramos Soltos	Tropeço e ferimento
	Cobras	Mordidas; choque; morte
	Chuva pesada	Níveis de água em ascensão; Condições inseguras para Rafting
	Pessoas	
	Eu vou preparar participantes	Estresse; envolvimento reduzido Colocar outros em risco
	Entalamento - membro ou corpo	Prejuízo e afogamento
Os participantes não seguindo as instruções	Entrada errada virando prejuízo	

	Equipamentos	
	Equipamento insuficiente	Perda de experiência
	Bode defeituosa	Fuga durante a navegação; bode incapaz de percorrer o percurso predefinido
	Natação em água branca	Pé /corpo aprisionado; Ferimento com impacto de rochas ou objetos na água; Aflição emocional ou afogamento
Boia Cross⁸	<p>Ataque de abelhas; Ataque de cobras; Colisão com galhos; Colisão entre boias; Colisão nas pedras;</p> <p>Chuva com raios; Cliente alcoolizado; Condutor preso nas pedras no resgate do cliente;</p> <p>Enchente; Enroscar nos galhos; Entalar nas pedras; Entrada de água em vias respiratórias; Escorregar no banheiro; Mal súbito; Queda da boia; Queda de galhos e árvores sobre os clientes;</p> <p>Queda de galhos na trilha da poção; Queda na colocação dos equipamentos; Queda na entrada do rio; Queda na escada da recepção;</p> <p>Queda na escada de acesso ao barracão; Queda na escada de acesso ao rio; Queda na trilha; Queda ao carregar a boia.</p>	
Mergulho⁹	<p>Incapacidades físicas ou psicológicas derivadas do consumo de álcool ou outras substâncias psicotrópicas;</p> <p>Depressão, estados de ansiedade; Hipotermia; <i>Stress</i> ou pânico; Afogamento; Lesão grave ou morte;</p> <p>Ficar fisicamente entalado ou preso debaixo de água; Colisão com objectos físicos quando submerso (vidros quebrados, fios, metais enferrujados, galhos, pedras,);</p> <p>Inadequação do equipamento (falha de iluminação, falha de um computador de mergulho);</p> <p>Perda de um sistema de controlo de flutuabilidade; Esgotamento do gás respirável; Deterioração da visibilidade (fraca visibilidade, visibilidade zero); Falha de comunicação debaixo de água entre mergulhadores.</p>	

Fonte: Adoptado de QAAS (2013) e TABOGA (2014)

⁸ TABOGA (2014) Consulta e comunicação: *Inventário dos riscos controlados pelo Sistema de Gestão de Segurança*

⁹ http://www.xplorasub.com/pt/XploraSubpt/Projectos/Entries/2012/8/18_Projecto_Almonda_Relatorio_da_Campanha_de_2011_Relatorio_da_Campanha_de_2011_files/Anexo_4_Avaliac%CC%A7a%CC%83o%20de%20Risco.pdf; consultado aos 22 de Março de 2017, pelas 8:25am.

2.2. O Processo de Gestão de Risco nas Actividades de Turismo de Aventura Praticadas na Água

2.2.1. Gestão de Riscos

Gerência de Riscos¹⁰ é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos humanos e materiais de uma organização, no sentido de minimizar os efeitos dos riscos sobre essa organização ao mínimo possível. Ou seja, é um conjunto de técnicas que visa reduzir ao mínimo os efeitos das perdas acidentais, enfocando o tratamento aos riscos que possam causar danos pessoais, ao meio ambiente e à imagem da empresa. Para ABETA & MITUR (2009), afirmam que “naturalmente, a aceitação dos riscos em primeiro lugar é uma decisão da empresa, que decide quais deles pretende aceitar no produto que oferece ao cliente, e em segundo lugar é uma decisão do cliente, que decide expor-se ou não a esses riscos.”

Portanto, com abordagens supracitadas, entende-se por gestão de riscos o processo de avaliação continua e sistemática dos riscos envolvidos em uma determinada actividade e tratá-los de maneira que se mantenham dentro de níveis aceitáveis. Porém, a aceitação desses riscos depende dos intervenientes das actividades de aventura se pretendem se expor aos riscos que uma determinada actividade envolve ou não.

2.2.2. Processo de Gestão de Risco

O processo de gestão de risco, fundamenta-se no princípio de que a segurança no turismo de aventura envolve pessoas (clientes e prestadores de serviços), equipamentos, procedimentos e as próprias empresas prestadoras dos serviços, incluindo as entidades públicas, sendo necessária uma abordagem sistémica da gestão de riscos no turismo de aventura (ABETA & MITUR DO BRASIL, 2009).

De acordo com RUPPENTHAL (2003), afirma que o gerenciamento de riscos compreende o estudo de processos e técnicas que visam aumentar a segurança dos processos pela antecipação das condições inseguras por meio de técnicas de identificação, análise e avaliação dos riscos. E para SPINK et al (2004:85), condimentam esta ideia afirmando que os riscos são gerenciados e

¹⁰ Disponível em <http://www.isegnet.com.br/siteedit/arquivos/12-3-o-que-e-gerenciamento-de-riscos.pdf>, consultado aos 13 de Janeiro de 2017, pelas 12:40am

minimizados por meio de duas estratégias: o uso de equipamentos de segurança credenciados por órgãos internacionais de segurança e a experiência e treinamento dos guias e monitores.

Através do contexto acima mencionado, pode-se notar que na primeira abordagem, faz-se menção aos elementos que envolvem no processo de gestão de risco tais como pessoas (clientes e prestadores de serviços); equipamentos; procedimentos; empresas prestadoras de serviços; e entidades públicas. Na segunda abordagem diz respeito aos processos e técnicas de gestão de risco por meio de técnicas de identificação, análise e avaliação dos riscos. E por último, faz-se menção aos equipamentos de segurança credenciados e a experiência dos guias e monitores qualificados.

No entanto, com base na abordagem anteriormente mencionada, pode-se concluir que o processo de gestão de risco pressupõe o envolvimento de pessoas e programas de aventura; o uso do modelo de gestão de risco aplicado a todas actividades de aventura, no qual são apresentadas as técnicas de gestão de risco, em se tratar de aventura aquática; e a aplicação de procedimentos de gestão de riscos de forma sistémica, minimizando acidentes ou incidentes e contribuindo para uma aventura com níveis aceitáveis da exposição de riscos aos intervenientes.

2.2.2.1. Pessoas e Programas de Aventura

Quanto às pessoas e programas de aventura no processo de gestão de risco, referem-se aos intervenientes de gestão de risco, nomeadamente: Turista, Empresa, comunidade local e Governo em que cada um destes intervenientes deve ter o seu papel no processo de gestão de risco.

No processo de gestão de risco das actividades de aventura é fundamental tomar em consideração dois mecanismos essenciais, nomeadamente: a certificação e o licenciamento ou credenciamento. Pois é indispensável a compreensão da diferença entre ambos termos e de que forma eles complementam o gerenciamento de riscos. Nesta ordem de ideia para PRIEST & GASS (1997) *apud* RICHARD, V; ALAMINO, W; & SIMÕES, M (2007), define a certificação como sendo um “conjunto de actividades desenvolvidas por um organismo independente, com o objetivo de atestar publicamente que determinado produto, processo ou serviço está em conformidade com requisitos especificados. Estes requisitos podem ser estabelecidos tanto em âmbito nacional como internacional”.

E o credenciamento ou licenciamento consiste no reconhecimento de certo programa ou instituição que cumpre com padrões predeterminados de operação. Todavia, os seus diferenciais fundamentais com respeito à certificação são a eliminação do fator humano da avaliação e da divisão em categorias específicas; avalia o programa, a equipe ou a instituição como um todo, verificando a qualidade do programa (RICHARD, V; ALAMINO, W; & SIMÕES, M, 2007).

Todavia, através da distinção dos termos anteriormente abordados, pode se notar que a certificação e o licenciamento ou credenciação complementam o gerenciamento de risco, na medida em que para uma empresa começar a operar as actividades de aventura deve possuir programas licenciados e credenciados, equipamentos adequados e conservados, pessoas qualificadas para a instrução e procedimentos de gestão de riscos bem delineados. E o turista deve possuir o treinamento, formação e competências para vencer o risco da actividade que pretende praticar.

2.2.2.2. Modelo de Gestão de Risco Aplicado à todas Actividades de Aventura

Existem vários modelos para gerir os riscos nas actividades de aventura dependendo do local onde são operadas, pois VIDAL (2011:26), identifica o Modelo de Gestão de Risco de ABTN que é generalista e que se pode adaptar a qualquer situação ou programa de actividades de aventura, e procura estabelecer um contexto e criar um modelo específico para a gestão de riscos. Sendo assim, este modelo pode ser usado para gerir os riscos nas actividades de aventura praticadas na água como demonstra a figura 2.

Figura 2: Modelo de Gestão de Risco ABTN



Fonte: Adaptado do VIDAL (2011)

As fases do processo de gestão de risco que contém na Figura 2 (Modelo de Gestão de Risco ABTN) são decifradas por (PURDY, 2010) *apud* ROSA & TOLEDO (2015), como se segue:

- a) Estabelecer o Contexto – dispara o processo de avaliação do risco, definindo o que a organização quer alcançar e os factores internos e externos que podem influenciar o sucesso do alcance desses objectivos; Em outras palavras, “o interventor (professor, treinador, monitor, organizador, técnico ou entidade organizadora) deve estabelecer quais os objectivos, a finalidade e os parâmetros ou contexto da actividade de Ar Livre ou Aventura que vai ser analisada segundo o modelo de gestão de riscos” VIDAL (2011:27);
- b) Identificação do risco – implica a aplicação do processo sistemático para compreender o que pode acontecer, como, quando e por quê;
- c) Análise do risco – relaciona-se com a compreensão de cada risco, suas consequências e probabilidades;
- d) Avaliação do risco – envolve tomada de decisão sobre o nível do risco e prioridade de atenção através da aplicação do critério desenvolvido na ocasião em que o contexto foi estabelecido.
- e) Tratamento do risco – se refere ao processo pelo qual os controles existentes são aperfeiçoados ou novos controlos são desenvolvidos e implementados. Compreende a avaliação e seleção de opções, o que inclui análise de custos e benefícios e avaliação de novos riscos que podem ser gerados a partir de cada opção e, desse modo, priorizando e implementando o tratamento seleccionado segundo o processo planeado.

Entretanto, os elementos “comunicação e consulta” e “monitoramento e análise crítica” são considerados agentes de acção contínua do processo de gestão de riscos. Onde, a comunicação e consulta implicam o envolvimento de *stakeholders* internos e externos, objetivando considerar seus pontos de vista, conhecendo seus objectivos por meio de envolvimento planeado. Por último, o monitoramento e análise crítica prevêem a tomada de acção no momento em que surgirem novos riscos que mudem os riscos existentes, como produto de mudança nos objectivos organizacionais ou nos ambientes interno e externo (PURDY, 2010) *apud* ROSA & TOLEDO (2015).

No processo de gestão de risco das actividades de aventura, é importante tomar em consideração a escala de avaliação de risco, onde são identificados diferentes níveis de risco, através da combinação de Probabilidade (P) e Consequência (C), tal como afirma ABETA & MITUR (2009:21), “a ideia de risco está associada a uma ideia de probabilidade e também a uma expectativa da gravidade das consequências razoavelmente esperadas. Assim, o controle ou tratamento dos riscos consiste na adoção de medidas que geralmente diminuem as probabilidades de que ocorram, as consequências deles ou que até possam eliminá-los”, Como ilustra o quadro 1.

Quadro 1: Matriz da avaliação de riscos das actividades do turismo de aventura
(Probabilidade X Consequência)

↑ Probabilidade	Quase Certo 5	5	10	15	20	25
	Provável 4	4	8	12	16	20
	Pouco Provável 3	3	6	9	12	15
	Improvável 2	2	4	6	8	10
	Quase Improvável 1	1	2	3	4	5
		Insignificante 1	Baixa 2	Moderada 3	Alta 4	Catastrófica 5
		→ Consequência				

Fonte: ABETA & MITUR (2009:21)

A definição dos níveis de risco em uma matriz, depende da empresa sobre o tipo de actividade de aventura e o local onde será realizada, na qual é representada pelas seguintes cores: (i) Verde (análise de 1 a 6): correspondente aos riscos avaliados como aceites e não necessitam de tratamento obrigatório; (ii) Amarelo (análise de 8 a 12): riscos avaliados como aceites temporariamente e necessitam de tratamento obrigatório; e (iii) Vermelho (análise de 15 a 25): riscos avaliados como críticos e não aceites, pois necessitam de tratamento obrigatório e prioritário, neste caso, a operação da actividade de aventura é interrompida até que os riscos críticos sejam tratados.

2.2.2.3.Procedimentos de Gestão de Risco

No que concerne ao processo de gestão de risco, existem outros procedimentos de gestão de risco que são as acções desenvolvidas pelos prestadores das actividades de aventura antes, durante e após o programa de aventura, que visam controlar o risco e dar resposta adequada às emergências. Todavia, PRIEST & GASS (1997) *apud* RICHARD, V; ALAMINO, W; & SIMÕES, M (2007), classificam os procedimentos de gestão de risco segundo a sua sequência de execução, nomeadamente: Proactivos ou Primários, Activos ou Secundários e Reactivos ou Terciários.

1. Proactivos ou primários são os procedimentos completados antes da experiência, e sua importância reside em fornecer medidas que podem evitar acidentes ou, pelo menos, preparar uma resposta adequada a eles.

Neste caso, em actividades de aventura praticadas na água, por exemplo, Boia Cross, Canoagem, *Rafting* e Mergulho, as medidas primárias consistem na definição dos equipamentos e seus padrões de qualidade tais como boia, canoa, bote; coletes de flutuação; capacetes; remos, computador de mergulho, *Snorkel*, lanterna, etc.; inspeção dos equipamentos; *briefing* de segurança com os clientes (vide Anexo C); treinamento de *staff* nos protocolos de emergência e comunicação; preenchimento dos termos de responsabilidade (vide Anexo B); preenchimento e revisão de fichas médicas; previsão dos possíveis fatores de risco ambientais e humanos (vide Tabela 1).

2. Activos ou secundários são os procedimentos implementados durante a experiência para controlar os riscos ou responder a um acidente.

Portanto, com base nos procedimentos activos ou secundários referidos pelo autor, aquando a execução das actividades de aventura praticadas na água acima exemplificadas é necessário tomar em consideração as instruções dadas durante o programa; o uso dos equipamentos de comunicação tais como apito, telefone celular e rádio; serviços de primeiros socorros; execução de procedimentos de procura e resgate; evacuação; e registo dos dados das emergências.

3. Reativos ou terciários são aqueles procedimentos realizados após um fato consumado. Sua importância é a de auxiliar nas decisões a serem tomadas após um acidente ou contingência.

Entretanto, neste último procedimento, em actividades de aventura mencionadas nos itens anteriores, consiste por exemplo, em informar ao parente mais próximo e assim como aos patrocinadores sobre as ocorrências da actividade realizada; lidar com a mídia; activar o seguro; programar as visitas de seguimento ao acidentado, e dar respostas imediatas aos danos e perdas causadas na actividade.

2.3. Importância da Gestão de Riscos das Actividades de Aventura Praticadas na Água

As actividades de aventura praticadas na água em geral oferecem riscos, mas é preciso entender que devem ser controlados, visto que o risco está associado a uma ideia de probabilidade e expectativa da gravidade das consequências razoavelmente esperadas. Entretanto, a gestão de riscos inclui compreender a fundo as características da operação, identificando e avaliando as situações de risco a fim de diferenciar os riscos menores dos maiores e encontrar formas de tratamento desses eventos indesejados, evitando desta forma os acidentes.

Por exemplo, o caso de acidente de mergulho¹¹, no qual dois mergulhadores de caverna perderam a vida em um acidente de mergulho na caverna de Plura, ao norte da Noruega no dia 07 de fevereiro de 2014, e três (03) foram levados para um hospital próximo, onde receberam tratamento hiperbárico apresentando quadro de doença descompressiva leve, após terem permanecido na água por quase oito horas. Todos mergulhadores eram finlandeses, de entre ambos falecidos um tinha 40 anos de idade e o outro 34 anos. O desastre teve início quando um dos equipamentos dos mergulhadores ficou entalado em uma passagem a mais de 90 metros abaixo da superfície e os outros apesar de tantas tentativas não conseguiram salva-lo e um veio a falecer tentando socorrer o companheiro deles. A mídia local disse que um mergulhador norueguês de 37 anos morreu na mesma caverna em 2006, na tentativa de estabelecer um novo recorde de profundidade de mergulho além das dificuldades e da profundidade a temperatura da água no local é de 3 Graus, o que não favorece para a prática do mergulho tao profundo.

Portanto, neste caso, nota-se que nesse acidente teve factores de riscos que causaram a morte dos mergulhadores: o entalamento do equipamento de mergulho em uma das passagens da caverna; a profundidade; a temperatura da água no local. Tal como afirma CAMACHO (2011), no seu

¹¹ Disponível em <http://divemag.org/acidente-com-2-fatalidades-em-mergulho-de-caverna-na-noruega/>, consultado aos 24 de Março de 2017, pelas 1:32pm.

estudo, que anualmente morrem cerca de 15-20 mergulhadores em cada 100 000 praticantes. São múltiplas as causas que desencadeiam o evento que leva ao acidente como gás insuficiente, ficar preso em algo, problemas de equipamento, mergulhar em águas agitadas, traumatismo, problemas com a flutuabilidade ou a utilização de gás inapropriado. Perante estas situações a falta de treino, experiência ou qualificação para o tipo de mergulho que está a realizar leva à lesão em si que poderá levar à morte. Em cerca de 70% a causa médica (confirmada com autópsia) é afogamento.

Além do exemplo de mergulho anteriormente mencionado, houve um caso em Março de 2012 no qual um homem de 44 anos morreu enquanto praticava *rafting*¹² em Natividade da Serra, no interior de São Paulo. Ele estava com o filho e o sobrinho em um bote no Rio Paraíba quando a embarcação virou. Portanto explicou o tenente dos bombeiros Lucas Gonçalves, que a vítima estava descendo o rio pela corredeira e não precisou de saber aonde eles acabaram virando o barco. Entretanto, a orientação do Corpo de Bombeiros é sempre praticar esta modalidade com a ajuda de um instrutor de *rafting* que conheça bem a região e os perigos do rio, visto que segundo pessoas que estavam no local na hora do acidente, a vítima não desceu o rio com um profissional. E o Alexandre Souza (instrutor de *rafting*) lamentou dizendo: “Não é simplesmente você chegar em uma loja comprar um colete, um capacete, um bote, um remo e descer o rio. Eles desceram sem uma orientação, infelizmente, a corredeira tem duas passagens, eles foram pela passagem errada e acabaram tendo essa catástrofe para a família”. Neste exemplo, o principal factor de risco que causou o acidente foi a prática do *rafting* sem o instrutor.

No entanto, para a prevenção dos acidentes na prática de aventura aquática envolve vários factores tais como a preocupação em manter e continuar a formação do tipo de actividade por parte dos intervenientes que se aventuram com maior frequência; o uso eficiente e eficaz dos meios da comunicação durante a prática da aventura; uso de equipamentos dentro dos seus padrões de conformidade; praticar a aventura aquática dentro dos seus limites de segurança; respeitar cada fase da actividade, visto que toda aventura aquática envolve vários níveis de dificuldade.

Nessa ordem de ideia, a gestão de riscos tem vindo a assumir um papel cada vez mais importante nas actividades do turismo de aventura praticadas na água, apesar dos riscos serem inerentes à

¹² Extraído em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/03/homem-morre-apos-cair-de-bote-durante-rafting-no-interior-de-sp.html>, consultado aos 02 de abril de 2017, pelas 8:32am.

atividade e praticamente alguns impossíveis de suprimi-los, o processo de gestão de riscos adopta as medidas de precaução que geralmente diminuem as probabilidades de que ocorram as consequências dos riscos no turismo de aventura ou que possam até eliminá-los. Pois, objetiva a redução ou evita os danos ou sofrimento dos praticantes de aventura, evita danos ou destruição de pertences e possui mecanismos de resposta a emergências.

CAPITULO III: CONCLUSÃO

As actividades de aventura praticadas na água são Boia cross/*Acquaride*, Canoagem, Mergulho, *Rafting*, Flutuação/*Snokiling*, Kitesurfe, Windsurfe, Stand Up Paddle, Surfe, *Duck*. Estas actividades envolvem diversos níveis de risco e incidência de diversos perigos que por consequência podem causar acidentes das mais diversas gravidades, tais como afogamento, hipotermia, mordidas por animais venenosos, colisão nas pedras, queimadura de sol e mais outros que foram referenciados ao longo do trabalho.

O processo de gestão de risco pressupõe o envolvimento de pessoas e programas de aventura; a aplicação das técnicas de gestão de risco; o uso do modelo de gestão de risco aplicado a todas actividades de aventura, em se tratar da aventura aquática; e a aplicação de procedimentos de gestão de riscos de forma sistémica. De modo a minimizar acidentes ou incidentes e contribuindo para uma aventura com níveis aceitáveis da exposição de riscos aos intervenientes, visto que não existem actividades de turismo de aventura com o nível de risco 0 %, até porque o risco constitui uma motivação para a prática delas. É de salientar que a avaliação e controlo do risco deve ser feito antes, durante e após a prática de uma determinada actividade de aventura com o auxílio da matriz de avaliação de risco, na qual pressupõe os diferentes níveis de risco através da combinação de Probabilidade e Consequência.

Contudo, o domínio técnico das actividades, conhecer e manusear os materiais, saber ler e interpretar as condições naturais, dominar conceitos de meteorologia, conhecer a resistência dos materiais, ter conhecimentos de primeiros socorros e resgate de acordo com o tipo de actividade de aventura praticada na água e o seu nível de dificuldade, saber dirigir e coordenar grupos, ter competências ao nível da capacidade de trabalhar em situações de fadiga e estresse, são aspectos indispensáveis quando o assunto é gerir os riscos nas actividades de aventura praticadas na água tanto para os prestadores de serviços de aventura, bem como para os participantes ou turistas, mitigando desta forma os riscos.

CAPITULO IV: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABETA (Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura) & MITUR (Ministério de Turismo), 2009. *Manual de Boas Práticas de Sistema de Gestão de Segurança: Aventura segura*, 1ª Edição, Belo Horizonte, Brasil;
2. ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), 2005, Turismo de Aventura: *Sistema de Gestão de Segurança – Requisitos*. NBR 15331:2005. Rio de Janeiro;
3. AURICCHIO (2012) *Prevenção e Segurança nas Atividades de Aventura* (SLIDES);
4. CAMACHO, Óscar Ferraz (2011), *Turismo Subaquático - III Bienal*, Graciosa Açores;
5. CÁSSARO, Elizandro Ricardo (2011) *Atividades de Aventura: aproximações preliminares na rede municipal de ensino de Maringá*, Londrina;
6. EICHENBERG, Fábio Orlando & Da SILVA, Charlei Aparecido Da, (2013), Políticas Públicas de Turismo no Brasil: *Normalização em Turismo de Natureza e a Experiência do Programa Aventura Segura*;
7. ENNES, Moacyr (2013). *Os factores de risco real nas actividades de montanhismo*. Cadernos UniFOA, Edição nº 21;
8. GIL, António Carlos (1999). *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. 5ª Edição. São Paulo: Atlas;
9. KRZYŻAK, Jarosław (2014). *Statistics Related to Severe Diving Injuries Among Polish Divers In The Period Between 2003-2014*, Journal of Polish Hyperbaric Medicine and Technology Society;
10. MITUR (Ministério do Turismo), 2006. Turismo de Aventura: *orientações básicas*, distribuição gratuita, impresso no Brasil;
11. MITUR (Ministério do Turismo), 2010. Turismo de Aventura: *orientações básicas*, distribuição gratuita, impresso no Brasil;

12. NEVES, Daniel M. Fernandes (2013), *Segurança e Gestão de Risco no Turismo de Natureza*, Portugal;
13. NPRSR (Queensland Adventure Activity Standards), 2013. *River Rafting*. Brisbane: Department of National Parks, Recreation, Sport and Racing, Queensland Government;
14. RICHARD, Victor; ALAMINO L., Wellington R.; e SIMÕES Marco A. F., (2007). *Turismo em Análise: Gerenciamento de Riscos em Programas de Aventura*, São Carlos;
15. ROSA, Germano Mendes & TOLEDO, José Carlos de, (2015). *Gestão de riscos e a norma ISO 31000: importância e impasses rumo a um consenso*, V congresso Brasileiro de Engenharia de Produção, Ponta Grossa – Brasil;
16. RUPPENTHAL, Janis Elisa (2013), *Gerenciamento de Riscos*, Brasil;
17. SOARES, Juliana do Sacramento Ribeiro (2007), *Turismo de aventura: Potencialidade para o Segmento na Cidade de Niterói*;
18. SPINK, Mary Jane et al (2004), *Onde Está o Risco? Os Seguros no Contexto do Turismo de Aventura*, São Paulo;
19. TABOGA, Amanda, (2014) *Consulta e comunicação: Inventário dos riscos controlados pelo Sistema de Gestão de Segurança*;
20. UEM (Universidade Eduardo Mondlane) – ESHTI (Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane), 2012. *Guião para Elaboração e Apresentação de Trabalhos de Fim do Curso*, Inhambane, 31 p;
21. VIDAL, António P. R. Marques (2011), *A Segurança nas Atividades de Ar Livre e de Aventura*, Lisboa.

ANEXOS

Anexo A: Glossário

Acidente – “evento não-planejado que resulta em morte, doença, lesão, dano ou outra perda.” ABNT NBR 15331 (2005).

Consequência - resultado de um evento.

NOTA 1 Pode haver mais de uma consequência de um evento; NOTA 2 As consequências podem variar de positivas a negativas. Contudo, as consequências são sempre negativas no que se refere aos aspectos de segurança; NOTA 3 As consequências podem ser expressas qualitativa ou quantitativamente (ABNT NBR 15331, 2005).

Corredeiras – “desnível de rio, onde as águas correm mais rápidas; rápido.” Dicionário Online de Português.

Dano – “é a gravidade da perda humana, material, ambiental ou financeira que pode resultar, caso o controle sobre o risco seja perdido.” (www.isegnet.com.br).

Entorses – “são ligamentos presentes numa articulação, normalmente, ocasionada por uma torcedura.” Dicionário Online de Português¹³.

Flutuação – “atividade de flutuação em ambientes aquáticos, com o uso de máscara e *snorkel*, em que o praticante tem contato direto com a natureza, observando rochas, animais e plantas aquáticas. Usualmente utilizam-se coletes salva-vidas.” MITUR (2010)

Hipotermia¹⁴ – a é normalmente causada pela longa permanência num ambiente frio, pois é muitas vezes desencadeada pela exposição prolongada à chuva, ao vento, à neve ou a imersão em água fria.

Incidente- “evento que deu origem a um acidente ou que tinha o potencial de levar a um acidente.” ABNT NBR 15331 (2005).

Kitesurf – “atividade que utiliza uma prancha fixada aos pés e uma pipa de tração com estrutura inflável, possibilitando deslizar sobre a superfície da água e, ao mesmo tempo, alçar voos executados sobre superfícies aquáticas, com ventos fracos ou fortes.” MITUR (2010)

¹³Dicionário Online de Português disponível em <https://www.dicio.com.br/entorse/>, consultado aos 6 de Março de 2017, pelas 8:51pm.

¹⁴Disponível em http://www.nhs.uk/translationportuguese/documents/hypothermia_portuguese_final.pdf, consultado aos 7 de Março de 2017, pelas 7:42am.

Perda - “é o prejuízo por uma organização, sem garantia de ressarcimento por seguro ou por outros meios” (www.isegnet.com.br)

Perigo – “fonte ou situação com potencial para provocar danos em termos de lesão, doença, dano à propriedade, dano ao meio ambiente do local de trabalho, ou uma combinação destes.” ABNT NBR 15331 (2005).

Polaco – “que ou aquele que é natural ou habitante da Polônia.” Dicionário Online de Português.

Probabilidade - grau de possibilidade de que um evento ocorra.

NOTA 1 A ISO 3534-1:1993 fornece uma definição matemática da probabilidade como “um número real entre 0 e 1 atribuído a um evento aleatório. Pode se referir a uma frequência relativa de ocorrência a longo prazo ou a um grau de confiança de que um evento irá ocorrer. Para um alto grau de confiança, a probabilidade é próxima de 1; NOTA 2 Pode-se utilizar a frequência em vez da probabilidade na descrição de risco; NOTA 3 Os graus de confiança em relação à probabilidade podem ser selecionados de classes ou categorias, tais como: rara / improvável / moderada / provável / quase certa, ou impossível / improvável / remota / ocasional / provável / frequente. (ABNT NBR 15331, 2005).

Segurança – é o termo utilizado para designar a variável inversamente proporcional ao risco. Quanto maior a segurança menor o risco e vice-versa, e aumentar a segurança significa reduzir os riscos, (BATISTA, IN: BARBOSA FILHO, 2008) *apud* ENNES (2013:40)

Stand Up Paddle - é uma actividade que mescla canoagem com surfe, em que o turista rema em pé por cima de uma prancha e pode ser praticada no mar, em lagos e rios de águas calmas. (<http://abeta.tur.br/pt/atividades/stand-up-paddle/>)

Surf – é uma actividade praticada no mar sobre uma prancha, em que se busca executar movimentos arriscados acompanhando o movimento de uma onda do mar, à medida que esta se desloca em direção à praia, (<http://abeta.tur.br/pt/atividades/surfe/>)

Vestimentas – “quaisquer objectos ou roupas que podem ser usados para cobrir o corpo.” Dicionário Online de Português.

Windsurf – “actividade praticada em ambientes aquáticos, também denominada prancha a vela, que se serve, basicamente, de técnicas do surfe e da vela,” MITUR (2010).

Anexo B: Exemplo do termo de conhecimento de risco referente ao *rafting* e canoagem¹⁵ (extraído da Lumiar Aventura)

A lumiar aventura trabalha com uma política de segurança voltada na melhoria contínua dos seus serviços, buscando minimizar os riscos à vida e a manutenção da integridade física e mental de todos os envolvidos, atendendo às legislações pertinentes e uso sustentável dos recursos naturais. Para sua segurança a Lumiar Aventura conta com uma equipe de condutores preparada e treinada em primeiros socorros, resgate e Procedimentos de Atendimento Emergencial (PAE).

Resumo dos riscos relacionados ao *rafting* e canoagem.

- Se aproximar do local das descidas sem o equipamento de segurança obrigatório, capacete-colete, fornecidos pela Lumiar Aventura / Africa;
- Escorregar nas pedras de acesso ao local da descida devido à rocha estar molhada.
- Queda do bote durante a prática da atividade;
- Capotagem total do bote durante a prática da atividade;
- Queda de objetos durante a descida;
- Incidentes com animais peçonhentos (aranhas e/ou cobras);
- Ficar preso em refluxos e ou corredeiras no bote ou fora dele;
- Riscos gerais de passeios de natureza, tais como insetos, queda de árvores, intempéries climáticas, dentre outros;
- Incidentes e acidentes decorrentes da prática de atividades aquáticas como: pânico, escorregamento, hipotermia e até afogamento;
- Lesões pelo não cumprimento das orientações dos condutores da Lumiar Aventura/Africa durante qualquer atividade do passeio.
- Ferimentos por queda ou capotagem do bote ou caiaque e natação em corredeiras com risco de lesões graves.
- Choque entre os praticantes com risco de lesões no rosto, supercílio e dentes;

Declaro para os devidos fins:

- Ter sido informado dos riscos decorrentes das atividades de *RAFTING* E *CANOAGEM*.

¹⁵ Disponível em <http://www.lumiaraventura.com.br/termo1>, consultado aos 2 de Março 2017, pelas 2:30pm.

- Ter sido informado sobre os riscos da visitação em ambiente de rios com corredeiras;
- Gozar de boa saúde e ter informado, por escrito, qualquer condição médica que possua diferente da normalidade, bem como doenças pré-existentes e/ou uso de medicamentos;
- Que aceito, de livre e espontânea vontade, os riscos acima mencionados e que em caso de acidente, autorizo que seja providenciado, em meu nome e custas, incluindo a contratação de qualquer transporte, seja ele ambulância, táxi ou táxi aéreo; (NÃO INCLUÍDO NO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS) tenho ciência que o distrito de Lumiar não há hospital e em caso de acidentes o pronto-socorro mais próximo fica em Nova Friburgo.
- Tenho ciência de que qualquer ato meu, contrário às informações recebidas e orientações da equipe da Lumiar Aventura, podem causar danos a minha integridade física e ao meio ambiente devidamente preservado no local.
- Autorizo a veiculação de minha imagem para fins promocionais e na página da lumiar aventura na internet.
- Tenho ciência que o seguro de acidentes pessoal será válido para atividades contratadas DIRETAMENTE NA LOJA DA LUMIAR AVENTURA ou previamente contratada por tel. ou internet O MESMO COBRE APENAS DESPESAS MÉDICOS HOSPITALARES E INDENIZAÇÕES POR SINISTRO
- Ter sido informado dos procedimentos de atendimento a emergência existente
- Ter sido informado da política de segurança da Empresa e os requisitos legais.

Nome completo _____, Profissão _____,
 RG _____, CPF/Passaporte _____,
 Data de nascimento _____, Email _____,
 Endereço _____, Cidade _____,
 Estado _____ Telefone _____, Informações de saúde a ser
 ressaltado _____, Tipo sanguíneo _____,
 Incapacidade física ou mental _____, Alguma alergia? _____, Usa
 algum medicamento? _____, Qual? _____, Em
 caso de emergência contactar _____, Telefone. _____,
 Grau de parentesco _____.

Anexo C: Exemplo de Certificado para a prática de Rafting¹⁶



Anexo D: Exemplo de *briefing* de segurança com os clientes de Boia cross



Fonte: Primata Turismo & Aventura (2011)¹⁷

¹⁶Extraído em [https://www.google.com/search?q=certificados+do+curso+de+rafting&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiK8cKRpvTSAhVLJsAKHUdOCfUQ_AUIBigB&biw=1366&bih=637#imgrc=xWVaseNDH_lib_M](https://www.google.com/search?q=certificados+do+curso+de+rafting&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiK8cKRpvTSAhVLJsAKHUdOCfUQ_AUIBigB&biw=1366&bih=637#imgrc=xWVaseNDH_lib_M;); consultado aos 19 de Março de 2017, pelas 2:41pm.

¹⁷ Extraído em <http://primaturismo.com.br/boia-cross-no-rio-capivari-030411/>; consultado aos 21 de Março de 2017, pelas 10:46pm

Anexo E: Principais actividades praticadas no turismo de aventura

ACTIVIDADES	DESCRIÇÃO
NA TERRA	
Arvorismo	Locomoção por percurso em altura instalado em árvores ou em outras estruturas.
<i>Bungee jump</i>	Atividade em que uma pessoa se desloca em queda livre, limitada pelo amortecimento mediante a conexão a um elástico. O elástico é desenvolvido especificamente para a atividade.
Cachoeirismo	Descida em quedas d'água, seguindo ou não o curso d'água, utilizando técnicas verticais.
Canionismo	Descida em cursos d'água, usualmente em cânions, sem embarcação, com transposição de obstáculos aquáticos ou verticais. O curso d'água pode ser intermitente.
Caminhada	Percursos a pé em itinerário predefinido.
Caminhada (sem pernoite)	Caminhada de um dia. Também conhecida por <i>hiking</i> .
Caminhada de longo curso	Caminhada em ambientes naturais, que envolve pernoite. O pernoite pode ser realizado em locais diversos, como acampamentos, pousadas, fazendas, bivaques, entre outros. Também conhecida por <i>trekking</i> .
Cavalgadas	Percursos em vias convencionais e não convencionais em montaria, também tratadas de Turismo Equestre.
Cicloturismo	Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos com o uso de bicicleta, que pode envolver pernoite.
Espeleoturismo	Atividades desenvolvidas em cavernas, oferecidas comercialmente, em caráter recreativo e de finalidade turística.
Espeleoturismo vertical	Espeleoturismo de Aventura que utiliza técnicas verticais.
Escalada	Ascensão de montanhas, paredes ou blocos rochosos, com aplicação de técnicas e utilização de equipamentos específicos.
Montanhismo	Atividade de caminhada ou escalada praticada em ambiente de montanha.
Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues	Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos em vias não-convencionais com veículos automotores. O percurso pode incluir trechos em vias convencionais.
Tirolesa	Produto que a atividade principal é o deslizamento do cliente em uma linha aérea ligando dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, utilizando procedimentos e equipamentos específicos.
NA ÁGUA	
Boia-cross	Atividade praticada em um minibote inflável, onde a pessoa se posiciona de bruços para descer o rio, com a cabeça na extremidade frontal da boia e os pés na parte final da boia, já praticamente na água. Também conhecida como <i>acquaride</i> .
Canoagem	Atividade praticada em canoas e caiaques, indistintamente, em mar, rios, lagos, águas calmas ou agitadas.

<i>Duck</i>	Descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis e remos, com capacidade para até duas pessoas.
Flutuação / <i>Snorkeling</i>	Atividade de flutuação em ambientes aquáticos, com o uso de máscara e <i>snorkel</i> , em que o praticante tem contato direto com a natureza, observando rochas, animais e plantas aquáticas. Usualmente utilizam-se coletes salva-vidas.
Kitesurfe	Atividade que utiliza uma prancha fixada aos pés e uma pipa de tração com estrutura inflável, possibilitando deslizar sobre a superfície da água e, ao mesmo tempo, alçar voos executados sobre superfícies aquáticas, com ventos fracos ou fortes.
Mergulho autônomo turístico	Produto turístico em que a atividade principal é o mergulho autônomo e o praticante não é necessariamente um mergulhador qualificado.
<i>Rafting</i>	Descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis.
Windsurfe	Atividade praticada em ambientes aquáticos, também denominada prancha a vela, que se serve, basicamente, de técnicas do surfe e da vela.
NO AR	
Balonismo	Atividade aérea feita em um balão de material anti inflamável aquecido com chamas de gás propano, que depende de um piloto
Paraquedismo	Salto em queda livre com o uso de paraquedas aberto para aterrissagem, normalmente a partir de um avião. Como atividade de Turismo de Aventura, é caracterizado pelo salto duplo.
Voo Livre (Asa Delta ou Parapente)	Atividade com uso de uma estrutura rígida que é manobrada com o deslocamento do peso do corpo do piloto ou por superfícies aerodinâmicas móveis (asa delta), ou até por ausência de estrutura rígida como cabos e outros dispositivos (parapente).

Fonte: MITUR (2010)